***Demonstrações***

***Financeiras***

***Resumidas***

***31 de dezembro de 2023***

**Petrobras Comercializadora**

**de Gás e Energia e Participações S.A.**

***(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. –***

***Petrobras)***

**CNPJ nº 03.538.572/0001-17**

(conforme Parecer de Orientação da CVM n° 39 de 16/12/2021)

|  |
| --- |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras |
|  |
| Aos Administradores e Acionistas da  Petrobrás Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.  Rio de Janeiro - RJ |
| Opinião |
| Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobrás Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.  Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobrás Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. |
| Base para opinião |
| Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. |
| Ênfase |
| **Transações com o acionista controlador**  Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 12 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. |
| Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado |
| A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. |
| Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores |
| A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. |
| Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras |
| A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. |
| Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras |
| Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:   * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.   Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. |
| Rio de Janeiro, 08 de março de 2024  KPMG Auditores Independentes Ltda.  CRC SP-014428/O-6 F-RJ  Marcelo Nogueira de Andrade  Contador CRC RJ-086312/O-6 |

Balanço Patrimonial

*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Ativo** |  |  | **31.12.2023** |  | **31.12.2022** |  | **Passivo** |  |  | **31.12.2023** |  | **31.12.2022** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Caixa e equivalentes de caixa |  |  | 12 |  | 49.259 |  | Fornecedores |  |  | 10.748 |  | 4.092 |
|  | Contas a receber, líquidas |  |  | 13.729 |  | 13.070 |  | Arrendamentos |  |  | 38 |  | 42 |
|  | Contas a receber - FIDC |  |  | 60.577 |  | ‐ |  | Imposto de renda e contribuição social |  |  | 3.266 |  | 12.378 |
|  | Imposto de renda e contribuição social |  |  | 189 |  | 2.220 |  | Impostos e contribuições |  |  | 676 |  | 932 |
|  | Impostos e contribuições |  |  | 852 |  | 1.497 |  | Outros passivos |  |  | 5 |  | 1 |
|  | **Ativo Circulante** |  |  | 75.359 |  | 66.046 |  | **Passivo Circulante** |  |  | 14.733 |  | 17.445 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Depósitos Judiciais |  |  | 89 |  | 74 |  | Arrendamentos |  |  | 157 |  | 271 |
|  | Imposto de renda e contribuição social |  |  | 5.849 |  | 6.151 |  | **Passivo não Circulante** |  |  | 157 |  | 271 |
|  | Impostos e contribuições |  |  | 790 |  | 754 |  | **Passivo Circulante não Circulante** |  |  | 14.890 |  | 17.716 |
|  | Imposto de renda e contribuição social diferidos |  |  | 386 |  | 397 |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Ativo Realizável a longo prazo |  |  | 7.114 |  | 7.376 |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  | Capital social realizado |  |  | 57.432 |  | 1.501.742 |
|  |  |  |  |  |  |  |  | Reserva de Lucros |  |  | 11.779 |  | ‐ |
|  | Investimentos |  |  | 1.106 |  | 1.032 |  | Prejuízos acumulados |  |  | ‐ |  | (1.444.310) |
|  | Imobilizado |  |  | 165 |  | 263 |  | Outros resultados abrangentes |  |  | (357) |  | (431) |
|  | **Ativo não Circulante** |  |  | 8.385 |  | 8.671 |  | **Patrimônio líquido** |  |  | 68.854 |  | 57.001 |
|  | **Total do Ativo** |  |  | **83.744** |  | **74.717** |  | **Total do Passivo** |  |  | **83.744** |  | **74.717** |
|  | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | |  |  |  |  |  |  |  |

Demonstração de Resultado

*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | **2023** |  | **2022** |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Receita de venda de energia |  | 131.854 |  | ‐ |
|  | Custo de energia vendida |  | (107.117) |  | ‐ |
|  | Lucro bruto |  | 24.737 |  | ‐ |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Despesas |  |  |  |  |
|  | Vendas |  | (33) |  | ‐ |
|  | Gerais e administrativas |  | (3.224) |  | (914) |
|  | Tributárias |  | (335) |  | (8) |
|  | Outras receitas (despesas), líquidas |  | 31 |  | ‐ |
|  |  |  | (3.561) |  | (922) |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro |  | 21.176 |  | (922) |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Resultado financeiro líquido |  | 6.957 |  | 53 |
|  | Receitas financeiras |  | 6.141 |  | 104 |
|  | Despesas financeiras |  | (39) |  | (52) |
|  | Variações monetárias, líquidas |  | 855 |  | 1 |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro |  | 28.133 |  | (869) |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Imposto de renda e contribuição social |  | (9.339) |  | ‐ |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Lucro (Prejuízo) líquido do exercício |  | 18.794 |  | (869) |
|  | Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R$) |  | 0,32724 |  | (0,00061) |
|  |  |  |  |  |  |
|  | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | |  |

Demonstração dos Resultados Abrangentes

*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
|  | Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | 18.794 |  | (869) |
|  | Mudança no valor justo do investimento | 74 |  | (28) |
|  |  |  |  |  |
|  | Resultado abrangente total | 18.868 |  | (897) |
|  | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | |  |
|  |  |  |  |  |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | **Reserva de Lucros** | | |  |
|  |  | **Capital social realizado** | **Outros resultados abrangentes** | **Reserva Legal** | **Dividendos adicionais propostos** | **Lucros (Prejuízos) acumulados** | **Total do patrimônio líquido** |
|  | Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.426.704 | (403) | ‐ |  | (1.424.695) | 1.606 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Aumento de capital por incorporação | 74.238 |  |  |  |  | 74.238 |
|  | Integralização de capital | 800 | ‐ |  |  | ‐ | 800 |
|  | Variações patrimoniais por incorporação | ‐ | ‐ |  |  | (18.746) | (18.746) |
|  | Prejuízo do exercício | ‐ | ‐ |  |  | (869) | (869) |
|  | Mudança no valor justo: Investimento | ‐ | (28) |  |  | ‐ | (28) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 1.501.742 | (431) | ‐ | ‐ | (1.444.310) | 57.001 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Redução de capital | (1.444.310) |  |  |  | 1.444.310 | ‐ |
|  | Lucro líquido do exercício | ‐ | ‐ |  |  | 18.794 | 18.794 |
|  | Destinação: |  |  |  |  |  | ‐ |
|  | Apropriações do lucro líquido em reserva |  |  | 940 |  | (940) | ‐ |
|  | Dividendos intermediários pagos de 2023 |  |  |  |  | (7.009) | (7.009) |
|  | Atualização monetária sobre dividendos intermediários de 2023 |  |  |  |  | (6) | (6) |
|  | Dividendos adicionais propostos de 2023 |  |  |  | 10.839 | (10.839) | ‐ |
|  | Mudança no valor justo: Investimento | ‐ | 74 |  |  | ‐ | 74 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 57.432 | (357) | 940 | 10.839 | ‐ | 68.854 |

Demonstração dos Fluxos de Caixa

*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2023** |  | **2022** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais** | 12.308 |  | (1.305) |
|  |  |  |  |
| **Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos** | (54.505) |  | 48.615 |
|  |  |  |  |
| **Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de financiamentos** | (7.050) |  | 800 |
|  |  |  |  |
| Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa no exercício | (49.247) |  | 48.110 |
|  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 49.259 |  | 1.149 |
|  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 12 |  | 49.259 |
|  | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

Demonstração do Valor Adicionado

*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
|  |  |  |  |  |
|  | Receitas | 145.261 |  | ‐ |
|  | Insumos adquiridos de terceiros | (111.077) |  | (914) |
|  |  |  |  |  |
|  | **Valor adicionado (consumido) bruto** | **34.184** | **‐** | **(914)** |
|  |  |  |  |  |
|  | Depreciação e amortização | (22) |  | ‐ |
|  |  |  |  |  |
|  | **Valor adicionado (consumido) líquido pela empresa** | **34.162** | **‐** | **(914)** |
|  |  |  |  |  |
|  | Valor adicionado recebido em transferência | 6.930 |  | 105 |
|  |  |  |  |  |
|  | **Valor adicionado (consumido) total a distribuir** | **41.092** |  | **(809)** |
|  |  |  |  |  |
|  | **Distribuição do valor adicionado (consumido)** |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | Tributos | 22.325 |  | 8 |
|  | Instituições financeiras e fornecedores | (27) |  | 52 |
|  | Acionistas | 18.794 |  | (869) |
|  |  |  |  |  |
|  | **Valor adicionado (consumido) total distribuído** | **41.092** |  | **(809)** |
|  |  | | | |

**Notas explicativas**

*(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. **A Companhia e suas operações**

A Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (“PBEN-P” ou a “Companhia”), iniciou suas atividades como sociedade por quotas de responsabilidade limitada; constituída em 22 de novembro de 1999, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, com objeto social de participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Em 1º de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foram alteradas a razão social para Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. - PBEN-P e o objeto social: (i) o comércio, a importação e a exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral; (ii) a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as aludidas atividades; e (iii) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis.

A Companhia mantém transações com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

* 1. **Reestruturação societária**

Em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de otimizar a carteira de participações do conglomerado PETROBRAS, a Companhia incorporou a Petrobras Comercializadora de Energia S/A (PBEN), empresa controlada da Petrobras que tinha como objeto social principal a comercialização de energia elétrica. Nessa data, foi aprovada em assembleia geral de ambas as Companhias, a incorporação da PBEN pela PBEN-P, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, por meio da versão integral do patrimônio líquido da PBEN para a PBEN-P, avaliado a valor contábil no montante de R$ 74.238, na data base de 30 de setembro de 2022, sendo assim registrado como aumento de capital. As variações patrimoniais da PBEN ocorridas entre a data base do laudo e a data da incorporação, no montante de R$ 18.746, foram assumidas pela incorporadora, extinguindo e sucedendo a PBEN em todos os direitos e obrigações.

As variações de patrimônio líquido da PBEN efetivadas entre a data do laudo de incorporação (30 de setembro de 2022) e a data da incorporação (31 de dezembro de 2022), no total de R$ 18.746, as quais foram assumidas pela incorporadora, podem ser melhor visualizadas conforme o detalhamento abaixo:

Tabela

Descrição gerada automaticamente

As duas Companhias são subsidiárias integrais da Petrobras, portanto não foram atribuídas ações da PBEN aos acionistas da PBEN-P, que teve extinta a totalidade das ações.

1. **Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

* 1. **Demonstração do valor adicionado**

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

* 1. **Moeda funcional**

A moeda funcional da PBEN-P é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

1. **Práticas contábeis materiais**

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, disponíveis nas demonstrações financeiras completas, conforme lista a seguir:

6 Caixa e equivalentes de caixa;

7 Contas a receber - FIDC;

8 Investimentos;

9 Imobilizado;

11 Arrendamento;

14.1 Patrimônio líquido – Capital social;

15 Receita de venda de energia;

18 Processos judiciais não provisionados;

19.1 Instrumentos financeiros.

1. **Estimativas e julgamentos relevantes**

A preparação das demonstrações financeiras re quer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração, e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

* 1. **Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres de seus assessores jurídicos, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

* 1. **Tributos diferidos sobre o lucro**

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

* 1. **Perdas de crédito esperadas**

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

1. **Novas normas e interpretações**
   1. **International Accounting Standards Board (IASB)**

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Norma** |  | **Descrição** |  | **Data de vigência e**  **disposição transitória** |
| *Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16* |  | Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (*Sale and Leaseback*) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. |  | 1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva. |
| *Classification of Liabilities as Current or Non-current /*  *Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1* |  | As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.  Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.  Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte. |  | 1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva. |
| *Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7* |  | As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. |  | 1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas. |
| *Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21* |  | A emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade.  Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa. |  | 1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas. |
|  |  |  |  |  |

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

* 1. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC** |  | **IFRS equivalente** |  | **Data de vigência** |
| Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 |  | *Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1)*  *Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)* |  | 1º de janeiro de 2024 |
| Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 |  | *Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)* |  | 1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas |

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

1. **Patrimônio líquido**

* 1. **Resultado por ação**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2023** |  | **2022** |
| Lucro (Prejuízo) do período atribuível aos acionistas | | 18.794 |  | (869) |
| Quantidade de ações | | 57.432.182 |  | 1.427.503.742 |
| Resultado do período e diluído por ações (R$ por ação) | | 0,32724 |  | (0,00061) |
|  |  |  |  |  |

* 1. **Dividendos**

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no período de janeiro a junho de 2023, no montante de R$ 7.009, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 06 de dezembro de 2023, e pagos à Petrobras em 28 de dezembro de 2023.

|  |  |
| --- | --- |
|  | **2023** |
|  |  |
| Lucro do exercício | 18.794 |
| Lucro básico para determinação de dividendos | 18.794 |
|  |  |
| Base para determinação da Reserva de Lucro | 18.794 |
| Apropriação: |  |
| Reserva legal | 940 |
| Lucro básico para determinação do dividendo | 17.854 |
| Dividendos propostos: |  |
| Dividendos intermediários | 7.009 |
| Atualização monetária dividendos intermediários | 6 |
| Dividendos adicionais propostos | 10.839 |
| Total de dividendos | 17.854 |

**Relatório do Auditor Independente Resumido**

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços listados abaixo. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 08 de março de 2024 sem modificações.

1. <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>
2. <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias>

**Parecer do Conselho Fiscal – 2023**

O parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está disponível nos endereços listado abaixo. O referido parecer do Conselho Fiscal, foi emitido em 14 de março de 2024 e, opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

1. <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>
2. <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias>

**Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras – Exercício Social 2023**

O referido Relatório, foi emitido em 05 de março de 2024, e declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras sobre as atividades realizadas de assessoramento ao Conselho de Administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está disponível nos endereços listado abaixo:

1. <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>
2. <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias>